

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO UNIVERSITÁRIO DA GEOGRAFIA EM PORTUGAL

O EXEMPLO DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA,
A PROPÓSITO DO SEU 75.º ANIVERSÁRIO

FERNANDO REBELO

RESUMO

Após breves considerações sobre as Licenciaturas em Ciências Históricas e Geográficas e em Ciências Geográficas que antecederam a criação, em 1957, da Licenciatura em Geografia, analisa-se o seu primeiro plano de estudos, bem como os que se lhe seguiram em 1975 e 1978, concluindo-se com a justificação de uma recente proposta de alteração curricular.

RÉSUMÉ

Après des brèves considérations sur les «Licenciaturas» en Sciences Historiques et Géographiques et en Sciences Géographiques qui ont précédé la création, en 1957, de la «Licenciatura» en Géographie, on analyse son premier plan d'études, aussi bien que ceux-là qui l'ont suivi, en 1975 et 1978, en concluant avec la justification d'une récente proposition d'altération curriculaire.

SUMMARY

After some considerations about the «Licenciaturas» in Historical and Geographical Sciences and in Geographical Sciences which preceded the creation, in 1957, of the «Licenciatura» in Geography, we analyse its first plan of studies, as well as those of 1975 and 1978; we finish presenting the reasons for a recent proposal of curriculum alteration.

1. O ensino da Geografia está presente na Faculdade de Letras de Coimbra desde os tempos da sua fundação (1911). Não havendo, todavia, em Portugal, qualquer geógrafo, no sentido moderno da palavra, que o pudesse ministrar, recorreu-se, então, a um ilustre geólogo, professor da Faculdade de Ciências, Anselmo Ferraz de Carvalho, que veio, portanto, a ser o primeiro professor de Geografia da Faculdade de Letras¹.

Os primeiros alunos do curso que, inicialmente, se chamou Bacharelato em Ciências Históricas e Geográficas formaram-se em 1915-16. Eram, apenas, sete; um oitavo aluno formou-se no ano seguinte. Entre eles estavam dois nomes que vieram a notabilizar-se na Faculdade e no país — Manuel Gonçalves Cerejeira² e Aristides de Amorim Girão³.

Logo transformado em Licenciatura, o curso de Ciências Históricas e Geográficas atravessou os chamados anos vinte sempre com um número reduzido de formaturas. Entre 1918 e 1930 licenciaram-se 45 alunos (média de 3,75 por ano) tendo sido o ano lectivo de 1921-22 o melhor, com 7 novos licenciados, e os de 1925-26 e 1929-30 os piores, com 1 cada.

Nesse período terminaram o curso alguns nomes que os historiadores conhecem muito bem (Aarão de Lacerda e Mário Brandão, em 1923-24, Manuel Lopes de Almeida, em 1928-29) e outros que os geógrafos actuais nada perderiam se conhecessem (Carlos Alberto Marques, em 1925-26, Vergílio Taborada, em 1926-27, F. Falcão Machado, em 1928-29)⁴.

¹ Cfr. Amorim GIRÃO, «Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho», *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, 10 e 11, 1955, p. 1-3, e Fernando REBELO, «A Geografia Física em Coimbra», *Biblos*, 59, 1983, p. 62-83.

Em Lisboa, foi um médico, Silva Telles, professor da Escola de Medicina Tropical, quem obteve, por concurso, «a cadeira de Geografia» criada em 1904 no Curso Superior de Letras — cfr. Orlando RIBEIRO, «Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal», *Finisterra*, Lisboa, 11 (21), 1976, p. 12-36, e Ilídio do AMARAL, «Apontamentos para a história do ensino universitário de Geografia em Portugal», *II Col. Ib. Geografia de Lisboa, 1980 — Comunicações*, I, 1982, p. 135-138.

² Falecido em 1977, com 89 anos de idade, foi professor da Faculdade entre 1916 e 1928, mas ficou, sem dúvida, mais conhecido como Cardeal Patriarca de Lisboa (cfr. *Biblos*, 56, 1980, p. 763).

³ Sobre a sua extensa obra e a propósito da passagem do 25.º aniversário da sua morte, V. J. M. Pereira de OLIVEIRA, «In memoriam», *Cadernos de Geografia*, 4, 1985, p. 140-145.

⁴ Fernando Falcão Machado foi colaborador da revista conimbricense *A Terra*, onde, nos anos trinta, publicou alguns pequenos trabalhos; foi, igualmente, um dos participantes activos do Congresso Internacional de Geografia de Lisboa ao apresentar três comunicações (cfr. *Comptes Rendus du Congrès Int. de Géog. Lisbonne 1949*, Tomo III e

Amorim Girão doutorara-se em 1922, com a conhecida dissertação sobre a bacia hidrográfica do Vouga (*Bacia do Vouga — estudo geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922), e fizera o seu «concurso para Assistente», como então se exigia, em 1925, com o não menos conhecido estudo sobre Viseu (*Viseu — estudo de uma aglomeração urbana*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925). A Faculdade de Letras tinha, assim, o seu próprio professor de Geografia.

De 1930 a 1933, em Coimbra, a Licenciatura em Ciências Históricas e Geográficas conheceu um período aparentemente áureo, se pensarmos no número de formaturas — licenciaram-se 33 alunos. Entre eles, estava um nome que veio a tornar-se familiar a várias gerações de professores e alunos do ensino secundário por todo o país — J. Leal Loureiro.

No entanto, aprofundando-se, os estudos geográficos afastavam-se cada vez mais da História, ao mesmo tempo que procuravam melhores bases no âmbito das chamadas ciências exactas e naturais. A cisão verificou-se; para um lado, a História, na Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, para outro lado a Geografia, na Licenciatura em Ciências Geográficas.

À distância de cinquenta anos é difícil analisar o que houve de progresso (se é que o houve) nesta cisão. O novo curso tinha um total de quatro anos; os dois primeiros eram inteiramente realizados na Faculdade de Ciências enquanto os dois últimos o eram na Faculdade de Letras. Extremamente rica em informação, perfeitamente integrada no conceito de Geografia como ciência de convergência científica, a Licenciatura em Ciências Geográficas revelou-se muito difícil, mesmo para os alunos mais interessados. Saliente-se a grande dispersão de matérias e o tipo de «acto final» com vários exames e defesa de «tese». Não se discutiria, certamente, a importância da tese de Licenciatura como elemento fundamental da iniciação à pesquisa, mas do ponto de vista prático, após o esforço dispendido na sua elaboração, teria, forçosamente, de se discutir a pouca importância que lhe era dada como elemento classificativo.

Tomo IV). Tem, além disso, publicados vários outros trabalhos tanto sobre temas de Geografia Física, como de Geografia Humana.

Carlos Alberto Marques, por sua vez, publicou, na *Biblos*, entre 1935 e 1938, trabalhos sobre a bacia hidrográfica do rio Coa e sobre a Serra da Estrela.

Vergílio Tabor da Silva doutorou-se com um estudo publicado em livro — *Alto Trás-os-Montes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932. Sobre ele, afirmou Hermann Lautensach (*Bibliografia Geográfica de Portugal*, Lisboa, CEG, 1948, p. 177) — «Uma das melhores monografias regionais escrita com elegante sobriedade por um geógrafo de grande futuro falecido prematuramente. A parte humana, baseada em observações pessoais, é excelente».

O número de licenciados em Ciências Geográficas foi sempre muito baixo. De 1936 a 1962 formaram-se, em Coimbra, apenas 65 alunos (média de 2,5 por ano). Nomes sobejamente conhecidos dos geógrafos portugueses, como Amílcar Patrício (em 1938-39), Alfredo Fernandes Martins (em 1939-40), Fernanda Lopes Velho e Maria Augusta Plácido dos Santos (em 1942-43) e José Manuel Pereira de Oliveira (em 1954-55), estavam dentro desse número ¹.

Anos lectivos houve em que ninguém se licenciou; noutros, licenciaram-se dois ou três. 1959-60 e 1960-61 apareceram como anos excepcionais, cada um com oito licenciados. No entanto, se nos limitarmos aos primeiros vinte anos lectivos da série (1935-36 a 1955-56), só com 23 alunos formados, obtemos uma média extraordinariamente baixa — 1,2 por ano.

Talvez a tomada de consciência destes fraquíssimos resultados tenha contribuído, ao menos em parte, para a profunda modificação estrutural que, na sequência da chamada «Reforma de 1957», transformou a já velha Licenciatura em Ciências Geográficas numa jovem Licenciatura em Geografia.

Pouco depois (1960-61), começava, como aluno, a nossa própria experiência universitária.

2. Iniciada em 1957-58, a *Licenciatura em Geografia* caracterizava-se, antes de mais, pelo reforço da sua ligação com a Faculdade de Letras — logo no primeiro ano, por exemplo, os alunos eram obrigados a frequentá-la, embora só a pretexto de uma disciplina obrigatória (Geografia Física I).

A frequência da Faculdade de Ciências passou a limitar-se a quatro disciplinas da área das Ciências Naturais (Cursos Gerais de Mineralogia, Zoologia e Botânica, no primeiro ano, e Geologia Geral, no segundo), com uma pequena excepção (Desenho Topográfico, num semestre do segundo ano).

A História não deixava de estar presente — três disciplinas obrigatórias (Pré-história e História de Portugal I, no terceiro ano, e História da Expansão Portuguesa, no quarto) a que, muitas vezes, o aluno acrescentava as três disciplinas de opção (uma por ano, do segundo ao quarto — por exemplo, História de Portugal II, História da Arte, Arqueologia, História da Civilização Romana, entre as mais escolhidas).

O curso aumentava de quatro para cinco anos dando mais força à «tese» de Licenciatura, que passava a ser elaborada em regime de Seminário, como nos outros cursos das Faculdades de Letras. A sua defesa constituía a única prova do «acto final» e atribuía-se-lhe um peso classificativo que hoje se nos afigura demasiado grande — coeficiente dois, perante a média de todas as

¹ Sobre a vida e a obra do Prof. Doutor Alfredo Fernandes Martins, V., por exemplo, Fernando REBELO, ob. cit.

disciplinas leccionadas no Grupo de Geografia. Estas eram, além da já citada Geografia Física I, no primeiro ano, Geografia Física II e Geografia Humana I, no segundo, Geografia Humana II, Geografia Regional e Etnologia Geral, no terceiro, Geografia de Portugal, Geografia das Regiões Tropicais I e Etnologia Regional, no quarto, e Geografia Aplicada, Geografia das Regiões Tropicais II e o Seminário, no quinto.

Embora não se pensasse na formação específica dos alunos para a profissão que o futuro reservava para quase todos — a do ensino secundário — verifica-se, todavia, que ela estava subjacente ao conjunto do plano. Era a articulação entre as disciplinas de Geografia e a sua fraca especialização, mas era também o tipo de disciplinas de Ciências Naturais e de História que apontavam muito mais para conhecimentos úteis a um ensino secundário dessas disciplinas do que para a apreensão de temas de real aplicação aos estudos geográficos. Por conseguinte, apesar de frequentemente se ouvir dizer que «Geografia qualquer um dá», pudemos, por vezes, constatar, na prática, que era bem mais difícil para um biólogo, um geólogo ou um historiador leccionar Geografia, do que para um geógrafo leccionar Ciências Naturais ou História...

Além disso, a profissionalização tornara-se relativamente acessível — o número de disciplinas do último ano da Licenciatura não impossibilitava a frequência, no todo ou em parte, do Curso de Ciências Pedagógicas, condição indispensável para entrada no estágio de dois anos que se seguia.

No entanto, é importante frisar-se que, pela primeira vez, se pensou em qualquer coisa mais do que o ensino como saída possível para os licenciados em Geografia. A criação da disciplina de Geografia Aplicada, embora discutível, era significativa e promissora. Se outro interesse não tivesse tido, esta disciplina serviu para mostrar aos alunos finalistas, através da apresentação de casos concretos conhecidos quase sempre da bibliografia geográfica francesa e belga, que a intervenção dos geógrafos a nível do planeamento regional e do planeamento urbanístico poderia revelar-se de grande utilidade.

Infelizmente, a Licenciatura em Geografia, segundo a «Reforma de 1957», não modificou em profundidade o que caracterizava as Licenciaturas suas antepassadas. O estudo aprofundado de certas matérias das disciplinas que funcionavam na Faculdade de Ciências, reconhecidamente sem qualquer ligação com os estudos geográficos, era custoso e desmotivador. Por outro lado, a preparação da «tese» era longa, difícil e, às vezes, demasiado dispendiosa. O rendimento final desta Licenciatura em Geografia não foi, portanto, muito superior ao das que a antecederam. Poucos alunos conseguiram a sua conclusão até 1967 — 12, apenas, o que dá a média de 2,4 por ano se considerarmos os cinco anos lectivos em que houve formaturas.

Talvez por isso, e porque a situação nos outros cursos de Letras não seria muito diferente no respeitante a rendimento, em 1968, o curso foi reformulado criando-se um Bacharelato constituído pelos três primeiros dos cinco anos da Licenciatura; uma vez mais pensando nas saídas para o ensino, a pequena alteração feita no plano correspondeu à inclusão da Geografia de Portugal no terceiro ano, para o que Pré-história teve de passar ao segundo, com o sacrifício de uma disciplina de opção.

A criação do grau intermédio veio trazer uma nova quebra no número das licenciaturas. O ano lectivo em que se fez essa pequena reestruturação (1967-68) foi, ocasionalmente, excepcional em defesas de «tese» — sete! A partir daí, nos anos seguintes, o número decaíu outra vez — quatro, três, dois...

3. O período de agitação estudantil vivido em 1969 provocou, entre tantas outras coisas, uma profunda reflexão sobre os planos de estudo. De 1970 a 1973, muitas vezes se reuniram professores e alunos para repensar o tema em causa. Sucederam-se tentativas de reestruturação; nenhuma, porém, se viu coroada de êxito.

Só após o 25 de Abril de 1974 se verificaram as condições indispensáveis para impor verdadeiras reestruturações. Antes que elas surgissem, todavia, extinguíram-se os Cursos de Ciências Pedagógicas, tal como se extinguíram as «teses» de Licenciatura em todos os cursos de Letras. Na nossa Faculdade, felizmente, continuaram a funcionar várias disciplinas no âmbito das Ciências Psicopedagógicas e continuaram a ser aceites, ainda que sem interesse classificativo, mas com direito a atribuição de nota e registo em livro próprio, trabalhos finais de curso com características idênticas às das anteriores «teses». No Grupo de Geografia também se elaboraram dois desses trabalhos; nenhum deles foi apresentado em provas públicas, o que, efectivamente, não se justificava, mas ambos vieram a ser publicados, com o mínimo de adaptações tornadas necessárias pelo tempo de espera ¹.

O ano lectivo de 1974-75 foi, sem dúvida, um ano rico em experiências. Reuniões frequentes entre professores e alunos, por um lado, cursos livres sobre várias matérias que até aí quase não eram estudadas, por outro lado, estiveram na base de uma reestruturação da Licenciatura em Geografia que, diferente das propostas pelas outras Faculdades ², se poderá considerar simples

¹ Fernanda Maria DELGADO, «Doze aldeias no vale do Mondego», *Revista da Universidade de Coimbra*, 29, 1983, p. 521-568, e Maria de Lurdes ROXO MATEUS, «A Horta de Carnache», *Cadernos de Geografia*, 3, 1984, p. 21-95.

² A proposta da Faculdade de Letras de Lisboa pode ser analisada no estudo de Jorge GASPAS e Carlos Alberto MEDEIROS, «A organização do curso de Geografia na Facul-

e equilibrada, com unidade quanto ao essencial e diversidade, promovendo a liberdade de escolha, quanto às especializações.

O primeiro ano da nova Licenciatura era considerado «propedêutico»; as disciplinas de Introdução à Geografia, Elementos de Sociologia e Economia e Elementos de Geologia e Petrografia «abriam» o caminho para um segundo ano «geral», com as disciplinas de História e Teoria da Geografia, Geografia Humana e Geografia Física. O terceiro ano completava o Bacharelato com um carácter «regional» — disciplinas de Geografia Regional, Geografia Humana de Portugal e Geografia Física de Portugal.

Cada ano era enriquecido com uma disciplina de opção, pelo que se propunham séries de três, fora do Grupo de Geografia (por exemplo, em Matemática, em Geologia, em Biologia, em História, em Economia ou em Línguas e Literaturas Clássicas ou Modernas) permitindo aquilo que se poderia chamar uma subespecialização. No entanto, o aluno podia optar por três disciplinas não seriadas, quaisquer que fossem, acreditando-se que a sua escolha seria motivada por interesses culturais.

Os anos da «especialização» tinham só disciplinas optativas e um Seminário. Cinco das disciplinas de opção (três no quarto ano e duas no quinto), eram, obrigatoriamente, escolhidas no elenco oferecido pelo Grupo de Geografia; as outras duas (uma em cada ano), podiam ser escolhidas fora indo reforçar, se o aluno o desejasse, a área de subespecialização. O Seminário, a frequentar no quinto ano, permitia a escolha entre estudos de Geografia Física e estudos de Geografia Humana, mas exigia, em qualquer dos casos, a apresentação e discussão de um relatório final cujo peso classificativo era o mesmo que o da extinta «tese» de Licenciatura.

No espírito de todos os elementos envolvidos nesta reestruturação era muito claro que as disciplinas de opção na área da Geografia (Climatologia, Geomorfologia, Hidrografia, Geografia Rural, Geografia Urbana, Geografia Industrial, Geografia da Organização do Espaço) deveriam revestir, sempre que possível, um carácter de iniciação à investigação e aplicado. Pensando, porém, na saída profissional mais comum (o ensino secundário) chegou-se a assegurar uma disciplina de opção de Didáctica da Geografia.

4. A ideia (inconcebível) de que tudo o que havia sido feito em 1974/75 estava errado, aliada à ideia (discutível) de que os cursos das três Faculdades das Universidades ditas clássicas deveriam ser iguais, levou à constituição de grupos de trabalho, exclusivamente formados por professores, que, ao fim

dade de Letras de Lisboa depois de 25 de Abril de 1974», *II Col. Ib. Geografia, Lisboa, 1980* — *Comunicações*, I, 1982, p. 181-194.

de várias reuniões sob os auspícios do Ministério da Educação, propuseram, em meados de 1977, novos planos para as Licenciaturas em Letras. No caso concreto da Licenciatura em Geografia, a comissão constituída para o efeito propôs um curso de cinco anos; o encontro das várias propostas para os cursos de Letras trouxe, todavia, a sua redução para quatro anos, não admitindo, portanto, o grau intermédio (Bacharelato).

A «Reforma de 1978» (também chamada «Decreto 53/78») introduziu disciplinas novas. Elementos de Estatística Aplicada à Geografia (1.º ano), Formação do Mundo Moderno e Contemporâneo (2.º ano) e Geografia Económica e Social (3.º ano) foram novidade para a Licenciatura em Geografia, pelo menos em Coimbra. Elementos de Biogeografia (2.º ano) tinha funcionado como disciplina de opção para os últimos anos, na reestruturação anterior, chamando-se, apenas, Biogeografia — apareceu-nos, agora, como disciplina obrigatória numa perspectiva forçosamente diferente.

Quanto às outras disciplinas, várias foram as modificações trazidas pelo novo plano de estudos. Introdução à Geografia desdobrou-se em duas disciplinas semestrais (Introdução aos Estudos Geográficos e Expressão Gráfica em Geografia), mas, igualmente, colocadas no 1.º ano. Regressou-se à subdivisão da Geografia Física e da Geografia Humana em duas unidades anuais (I e II), cada uma correspondendo, respectivamente, aos 1.º e 2.º anos. Regressou-se, também, à Geografia de Portugal (3.º ano), em vez das duas (Geografia Física de Portugal e Geografia Humana de Portugal) que tínhamos conseguido em Coimbra. Regressou-se, ainda, à Geografia das Regiões Tropicais (4.º ano), embora só com uma unidade anual. Manteve-se a Geografia Regional (3.º ano) e manteve-se o Seminário, mas com o estranho nome de Técnicas de Aplicação (4.º ano) uma vez que os Seminários dos outros cursos de Letras haviam sido extintos.

Relativamente à Licenciatura de 1974/75, a «nova» Licenciatura em Geografia revelava-se uma experiência bastante empobrecedora. Com a redução de cinco para quatro anos perderam-se quatro disciplinas. Desapareceram Elementos de Geologia e Petrografia e Elementos de Sociologia e Economia; desapareceu História e Teoria da Geografia. As disciplinas de opção passaram, apenas, a três (uma no 3.º ano e duas no 4.º); além disso, se os alunos quisessem preenchê-las com disciplinas de outras áreas que não de especialização, podiam fazê-lo dado que muitas estavam previstas no elenco de opções anexo ao decreto-lei que criava os novos planos de estudo das Licenciaturas em Letras. A especialização foi, sem dúvida, altamente comprometida.

Muitas outras críticas se poderiam fazer ao plano de estudos de 1978. Salientemos a precocidade dos Elementos de Estatística Aplicada à Geografia,

o exagero do período de tempo abrangido pela Formação do Mundo Moderno e Contemporâneo, o privilégio dado às Regiões Tropicais, a desadaptação das Técnicas de Aplicação...

Com efeito, a própria experiência dos últimos anos tem-nos vindo a dar razão. Por exemplo, os alunos já não se lembram da estatística quando, na verdade, precisam dela, isto é, nas disciplinas de especialização que escolhem e nas Técnicas de Aplicação. Além disso, só tardiamente conseguem avançar nos seus trabalhos de Técnicas por falta de bases teóricas em matéria especializada já que a têm de estudar exactamente ao mesmo tempo... Por outro lado, obrigados a debruçar-se sobre as Regiões Tropicais, também não compreendem por que motivo não se debruçam sobre as Regiões Frias ou, principalmente, sobre os países nossos parceiros da CEE...

5. Nos últimos anos, com um plano de estudos indubitavelmente desvalorizado em número de disciplinas e em carga horária, de novo muito mais voltado para o ensino secundário do que para a investigação ou a aplicação, a Licenciatura em Geografia das chamadas Universidades clássicas (Coimbra, Lisboa e Porto) viu aparecer duas Licenciaturas concorrentes importantes — primeiro, a Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, pela Universidade Nova de Lisboa, e, depois, a Licenciatura em Planeamento, pela Universidade de Aveiro. Sabendo-se como a natural aplicação da Geografia se faz ao nível do Planeamento, a resposta à «concorrência» teria forçosamente de aparecer. Por isso, a Faculdade de Letras de Lisboa, partindo da Licenciatura em Geografia como base, criou já uma variante em Planeamento Regional e Local¹.

É caso, todavia, para perguntar se haverá emprego especializado para todos os licenciados nos cursos ou na variante em Planeamento. Tudo indica que não. Na sua maior parte eles irão procurar o ensino secundário da Geografia para o que não parecem estar tão vocacionados quanto os das Licenciaturas em Geografia. Conscientes desta dificuldade, mas não querendo privar os nossos alunos de uma preparação mínima no âmbito do Planeamento, limitámo-nos, em Coimbra, a criar uma disciplina de opção de Planeamento Regional, bem como um ramo de investigação nesta matéria em Técnicas de Aplicação. O mesmo motivo impede-nos de aceitar outras variantes, sejam em Geografia Física ou em Geografia Humana; a especialização mínima

¹ V. Jorge GASPARI, «A variante de Geografia e Planeamento Regional e Local da Licenciatura em Geografia», *Revista da Faculdade de Letras*, 3, 5.ª Série, Lisboa, 1985, p. 219-223.

possível tem-se feito da mesma maneira, através das disciplinas de opção e do ramo de Técnicas escolhido.

A mais comum saída profissional para os Licenciados em Geografia continua, portanto, a ser o ensino secundário. A preparação científica para tal, não sendo má, pode, sem grandes problemas, ser melhorada. Por exemplo, não escandalizaria ninguém que o número de disciplinas anuais passasse de quatro para cinco, aumentando-se a carga horária de 16 para 20 horas semanais; trata-se de uma situação que qualquer aluno pode já experimentar através da escolha de opções complementares previstas na lei, mas que, evidentemente, sendo facultativa poucos têm aproveitado. Do mesmo modo, não escandalizaria ninguém que certas disciplinas passassem a ter nomes diferentes que correspondessem mais exactamente às matérias que já se leccionam ou que se deveriam leccionar e que, fora da Faculdade, poucos sabem.

Por tudo isto, com base em reuniões prévias de alguns professores e alunos, devidamente aprovado pelos Conselhos Pedagógico e Científico da Faculdade, o plano de estudos recentemente proposto, para o 1.º ano, subdivide Introdução aos Estudos Geográficos (que em Coimbra se tornou anual) em Elementos de Geografia Física e Elementos de Geografia Humana, chama Climatologia à Geografia Física I e Geografia da População à Geografia Humana I, no 2.º ano, subdivide Geografia Humana II em Geografia Rural e Geografia Urbana e chama Geomorfologia à Geografia Física II, e, no 3.º ano, subdivide Geografia de Portugal em Geografia Física de Portugal e Geografia Humana de Portugal. Para o 4.º ano, propôs-se a substituição de Geografia das Regiões Tropicais (que passará a disciplina de opção) por Geografia da Comunidade Económica Europeia bem como o regresso da designação Seminário em vez de Técnicas de Aplicação.

A consciência de que a principal saída para os Licenciados em Geografia é o ensino secundário levou à proposta de um ramo educacional em que a disciplina de opção do 3.º ano e uma das do 4.º serão escolhidas entre várias disciplinas psicopedagógicas; no 4.º ano será obrigatória uma disciplina de Didáctica da Geografia. Para este ramo ficará ainda uma opção no 4.º ano a escolher num elenco de disciplinas de especialização.

O ramo educacional não dará uma Licenciatura em ensino da Geografia; no entanto, possibilitará, se vier a ser aceite uma outra proposta da Faculdade de Letras, a entrada num curso de pós-graduação em ensino constituído por um estágio profissionalizante e um Seminário de Sociologia Educativa.

As possibilidades de criação de ramos de investigação e de aplicação ficam salvaguardadas através da escolha de opções — sendo igual a estrutura básica do curso, o aluno interessado jogará com a opção do 3.º ano e com as, agora, três opções do 4.º ano.

No caso concreto da Licenciatura em Geografia não foi, ainda, possível dar resposta a todas as críticas levantadas pela «Reforma de 1978», nomeadamente às relativas à precocidade dos Elementos de Estatística, à extensão da temática da Formação do Mundo Moderno e Contemporâneo e à desadaptação das Técnicas de Aplicação. Todavia, talvez se consiga ultrapassar um pouco a precocidade da primeira e a desadaptação da terceira através do aprofundamento das matérias tornado viável com o maior número de disciplinas específicas e o conseqüente aumento da carga horária.

Se forem aprovadas as propostas de alteração dos planos de estudos apresentadas pelos vários Grupos da Faculdade e a proposta conjunta dos Cursos de pós-graduação em ensino, poderemos afirmar que a comemoração dos 75 anos de existência da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ficará bem assinalada.